

Ata da trigésima sétima Sessão Ordinária da nona legislatura da Câmara Municipal de Lagoa do Barro do Piauí-PI, realizada ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas e trinta minutos no plenário Donizete Amorim dos Reis no Prédio João Bosco Siqueira Dias. Reuniram-se ordinariamente os senhores Vereadores: DANIEL JOAQUIM DA SILVA, ADRIANO VICENTE DOS REIS, ANTÔNIO DE JESUS COELHO ALVES, JOSÉ WILSON AMORIM DE SOUSA, MARCOS GEOVANE RIBEIRO COELHO, MORAIS DE SOUSA SIQUEIRA, ARIANNE COELHO AMORIM SIQUEIRA e GILVANETO PEREIRA DA SILVA. O

senhor presidente Daniel Joaquim da Silva declarou aberto os trabalhos e comunicou a ausência do vereador José Neto Ribeiro por motivo superior. Logo após, solicitou um minuto de silêncio em memória às pessoas que faleceram recentemente no município. Dando continuidade, o Sr. Presidente passou os trabalhos para o senhor secretário, que fez a leitura da frequência e das atas das sessões anteriores e apresentou a pauta para o EXPEDIENTE: (1) REQUERIMENTO N° 005/2026 o qual solicita à Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí, a limpeza e ampliação da Lagoa do Tigre na localidade Vaquejador, neste município, requerimento de autoria do vereador Moraes Siqueira (2) INDICAÇÃO DE LEI N° 003/2026 o qual dispõe sobre a instituição do Projeto Março Mulher no Calendário Oficial de Eventos do Município de Lagoa do Barro do Piauí, e dá outras providências, Indicação de Lei de autoria da vereadora Arianne Siqueira. Seguindo os trabalhos, o senhor presidente declarou encerrado o expediente e declarou aberto o PEQUENO EXPEDIENTE. No qual não havia vereadores inscritos para fazer uso da palavra. Logo após, o senhor presidente declarou encerrado o pequeno expediente e declarou aberto o GRANDE EXPEDIENTE. Em que havia inscritos para fazer uso da palavra os vereadores Antônio de Jesus Coelho Alves e Moraes de Sousa Siqueira. O vereador Antônio de Jesus cumprimentou os presentes, agradeceu a Deus por mais uma oportunidade e parabenizou o prefeito Reginaldo e o presidente Daniel pelas ações em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, destacando a importância da participação feminina na política com base na palestra realizada durante a programação. Solicitou a distribuição de peixes para o próximo ano, conforme requerimento. Reforçou pedidos de recuperação de estradas vicinais e solicitou instalação de placa de sinalização na entrada da comunidade Caraíba. Cobrou informações sobre os recursos de obra concluída no riacho da Sete Lagoas, destacando a necessidade de transparência. Parabenizou o professor Nestor Marques pelo projeto apresentado. Registrou ainda agradecimento por demandas atendidas pela gestão, como melhorias e limpezas em espaços públicos. Por fim, solicitou providências quanto à presença de animais soltos no povoado Sete Lagoas, sugerindo reunião com a comunidade para resolução do problema. O vereador Moraes Siqueira iniciou sua fala cumprimentando os demais vereadores, o público presente e os que acompanhavam a sessão. Em seguida, informou que, até o momento, apenas o Comercial Gomes encontra-se habilitado para a venda do gás do povo, destacando a necessidade de que outros comerciantes se regularizem, especialmente nas regiões mais distantes do município, a fim de facilitar o acesso da população. Na sequência, abordou a questão do Garantia Safra, ressaltando que parte da população já foi contemplada, enquanto outros podem recorrer por meio do aplicativo GOV, mediante apresentação de documentação que comprovem a atividade rural. O vereador também destacou a ausência de resposta ao requerimento encaminhado no mês de dezembro referente à regência dos professores, enfatizando que o prazo legal já foi ultrapassado, em desacordo com a Lei de Acesso à Informação. Ressaltou que a regência foi retirada e ainda não restabelecida para professores concursados, causando prejuízos financeiros, apesar da existência de legislação municipal que assegura o direito. Diante da situação, mencionou a possibilidade de encaminhamento da demanda ao Ministério Público, por se tratar de direito e não de favor. Ainda em sua fala, abordou a necessidade de cumprimento da lei que trata do auxílio por difícil acesso aos servidores que atuam em localidades distantes, bem como a ausência de reajuste para motoristas desde os anos de 2021 e 2022. Sobre eventuais denúncias relacionadas ao processo seletivo, esclareceu que não possui envolvimento, destacando que, quando realiza qualquer ação, o faz de forma transparente e assumida. Na sequência, mencionou a contratação de serviços advocatícios pela Câmara, apontando gastos elevados, destacando a necessidade de melhor aplicação dos recursos públicos e ampliação do atendimento à população. Por fim, reforçou a importância da transparência na aplicação dos recursos públicos, ressaltando o papel fiscalizador do Poder Legislativo e a necessidade de responsabilidade na utilização do dinheiro público. Em seguida, o senhor presidente finalizou o grande expediente e declarou aberta a ORDEM DO DIA. Na qual havia em pauta discussão e votação das seguintes matérias. (1) REQUERIMENTO 003/2026 o qual solicita que o prefeito municipal realize a perfuração de um poço artesiano na comunidade Angico Cortado, de autoria do vereador Marcos Geovane Ribeiro Coelho. (2) REQUERIMENTO 004/2026 o qual solicita ao poder executivo através da secretaria municipal de

saúde/administração a implantação do adicional de insalubridade em grau máximo (40%) para os profissionais de saúde que atuam em áreas de risco, em razão da exposição contínua e permanente a agentes biológicos nocivos à saúde, de autoria do vereador Marcos Geovane Ribeiro Coelho. (3) MOÇÃO 001/2026 a qual concede moção honrosa à AMISTE pelos relevantes serviços sociais prestados às pessoas carentes da região de São João do Piauí, principalmente nessa cidade na distribuição de cadeiras de rodas, cadeiras de banho, muletas, desde o ano de sua fundação, em dezembro de 2000, moção de autoria do vereador José Neto Ribeiro. (4) INDICAÇÃO DE LEI N° 001/2026 a qual dispõe sobre a construção de um monumento na praça do prédio da secretaria municipal de educação, em memória do primeiro prédio da Unidade Escolar José Magalhães Ribeiro, de autoria do vereador Daniel Joaquim da Silva. (5) INDICAÇÃO DE LEI N° 002/2026 o qual dispõe sobre a denominação da praça localizada na rotatória da avenida 29 de abril no cruzamento com a Avenida Castelo Branco no bairro Vitória, nesta cidade, com o nome Helena Silva Costa, como forma de homenagem e reconhecimento à sua memória e dá outras providências, de autoria do vereador Daniel Joaquim da Silva. (6) PROJETO DE LEI 002/2026 o qual dispõe sobre o reajuste salarial dos servidores da Câmara Municipal de Lagoa do Barro do Piauí e dá outras providências, de autoria da mesa diretora. (7) PROJETO DE LEI 003/2026 o qual dispõe sobre a concessão de férias anuais remuneradas e do respectivo terço constitucional aos vereadores do município de Lagoa do Barro do Piauí-PI em observância ao art.39,§ 3º, c/c o art.7º, XVII, e ao art.29,VI, da Constituição Federal, e ao decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 650.898 (tema 484), de autoria do vereador presidente Daniel Joaquim da Silva. (7) PROJETO DE LEI 004/2026 o qual institui a política municipal de segurança pública e defesa social (PMSPDS) do município de Lagoa do Barro do Piauí- PI de autoria do poder executivo. (8) PROJETO DE LEI 005/2026 o qual institui o 1º Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social- PMSPDS/2026-2030, no âmbito do município de Lagoa do Barro do Piauí-PI, de autoria do poder executivo. Em seguida, o senhor presidente encerrou a discussão das matérias em pauta e submeteu em votação as matérias, obtendo-se os seguintes resultados: Requerimento nº 003/2026, Requerimento nº 004/2026, Moção nº 001/2026, Indicação de Lei nº 001/2026 e a Indicação de Lei 002/2026 foram aprovados por unanimidade pelos vereadores presentes. O Projeto de Lei nº 002/2026 previa inicialmente a concessão de reajustes salariais em percentuais distintos, sendo 55%, 50%, 40% e 20%, escalonados conforme os cargos ou categorias funcionais. Entretanto, foi apresentado um destaque (emenda) de autoria do vereador Moraes Siqueira, que alterou substancialmente a redação original do projeto, estabelecendo um reajuste linear de 30% para todos os servidores da Casa Legislativa. A referida emenda foi submetida à apreciação do plenário, sendo aprovada por unanimidade pelos vereadores presentes. Dessa forma, com a aprovação da emenda, prevalece o texto final, que fixa o percentual único de 30% de reajuste para todos os servidores. O Projeto de Lei nº 003/2026 foi aprovado pela maioria dos vereadores presentes, registrando 05 votos favoráveis, 01 abstenção da vereadora Arianne Siqueira e 01 voto contrário do vereador Moraes Siqueira. O Projeto de Lei nº 004/2026 foi aprovado pela maioria dos vereadores presentes registrando 06 votos favoráveis e 01 abstenção do vereador Moraes Siqueira. O Projeto de Lei 005/2026 foi aprovado pela maioria dos vereadores presentes registrando 06 votos favoráveis e 01 abstenção do vereador Moraes Siqueira. Logo após, o senhor presidente declarou encerrada a ordem do dia, e não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a sessão e para constar, eu, Gilvaneto Pereira da Silva, 2º secretário lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será por todos assinada.

Digo-lhes o vereador Moraes Siqueira levantou questionamentos sobre gastos realizados pela Câmara, especialmente relacionados ao sistema de som, destacando valores considerados elevados e apontando reclamações da população quanto à baixa qualidade do áudio. Ainda nesse contexto, deu ênfase à questão de um suposto raio que teria causado danos na estrutura da Câmara, afirmando que o fato precisa ser devidamente esclarecido. Informou que protocolou solicitações formais junto aos órgãos competentes, incluindo o sistema de meteorologia e a concessionária de energia, com o objetivo de verificar se houve, de fato, registro de descarga elétrica na localidade e no período mencionado, bem como eventuais ocorrências de queda ou oscilação de energia. Ressaltou que busca transparência e comprovação técnica dos fatos, a fim

58

de assegurar que os recursos públicos estejam sendo utilizados de forma correta e justificada. Questionou, de forma direta, em que data e em qual local específico da Câmara teria ocorrido a queda do raio, ressaltando a importância dessas informações para a devida apuração dos fatos.

Daniel Joaquim Mendes.

Adilson Viana da Silva

Antonio de Jesus Coelho Almeida

Brianne Coelho Amorim Siqueira

José Wilson Amorim de Sousa

Marcos Geovane Ribeiro Coelho

Moraes de Sousa Siqueira

Gilvaneto Pereira da Silva